

DIVERSOS

GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Cópia extraída da escritura lavrada de fl. 82 a fl. 86 v.º do livro de notas n.º 65-M da Divisão de Notariado e Apoio à Contratação da Câmara Municipal de Lisboa e de um documento complementar arquivado como parte integrante da mesma.

Transformação de pessoa colectiva

Aos 17 dias do mês de Junho de 2004, na Fundação Cidade Lisboa, sita na Rua do Campo Grande, 380, em Lisboa, perante mim, licenciada em Direito Emília Maria Gago Afonso, notária privativa do município de Lisboa, para que foi designada pelo despacho n.º 133/P/2003 do presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de um documento complementar arquivado como parte integrante da mesma.

1.º José Dias Inocêncio, casado, natural da freguesia e concelho de Alcochete, que outorga em representação do município de Alcochete, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

2.º José Alberto Azevedo Lourenço, casado, natural da freguesia de Tortosendo, concelho da Covilhã, que outorga em representação do município de Almada, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é vice-presidente da Câmara Municipal, conforme se verifica pelo despacho n.º 108/2004, de 8 de Junho, do qual se arquivou certidão;

3.º Joaquim Moreira Raposo, casado, natural da freguesia de Salvador, concelho de Penamacor, que outorga em representação do município da Amadora, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

4.º Emídio Branco Xavier, casado, natural da freguesia e concelho, da Nazaré, que outorga em representação do município do Barreiro, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

5.º António d'Orey Capucho, casado, natural da freguesia de São Mamede, concelho de Lisboa, que outorga em representação do município de Cascais, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

6.º Pedro Miguel Santana Lopes, divorciado, natural da freguesia do Campo Grande, concelho de Lisboa, que outorga em representação do município de Lisboa, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

7.º Carlos Alberto Dias Teixeira, casado, natural da freguesia do Campo Grande, concelho de Lisboa, que outorga em representação do município de Loures, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

8.º José Maria Ministro dos Santos, casado, natural da freguesia e concelho de Mafra, que outorga em representação do município de Mafra, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

9.º João Manuel de Jesus Lobo, casado, natural da freguesia de Alhos Vedros, concelho da Moita, que outorga em representação do município da Moita, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

10.º Maria Amélia Macedo Antunes, solteira, maior, natural de Coimbra (Sé Nova), que outorga em representação do município do Montijo, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

11.º Manuel Porfírio Vargas, casado, natural da freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa, que outorga em representação do município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

12.º Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, casada, natural da freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, que outorga em representação do município de Oeiras, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

13.º Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, divorciada, natural da freguesia e concelho de Setúbal (São Sebastião), que outorga em repre-

sentação do município de Palmela, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

14.º Alfredo José Monteiro da Costa, casado, natural da freguesia e concelho de Coruche, que outorga em representação do município do Seixal, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

15.º Amadeu José Silva Penim, casado, natural da freguesia e concelho de Sesimbra (Santiago), que outorga em representação do município de Sesimbra, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

16.º Carlos Manuel Barateiro de Sousa, casado, natural da freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, que outorga em representação do município de Setúbal, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

17.º Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara, casado, natural da freguesia e concelho de Viseu (Santa Maria de Viseu), que outorga em representação do município de Sintra, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal;

18.º Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, casada, natural da freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, que outorga em representação da área metropolitana de Lisboa, pessoa colectiva n.º 502826126, cujo cartão me foi exibido, e que tem a sua sede em Lisboa, na Rua de Carlos Mayer, 2, rés-do-chão, da qual é presidente da Junta Metropolitana, outorgando também em representação do município de Vila Franca de Xira, com sede nos Paços do Concelho, onde o outorgante possui o seu domicílio profissional e do qual é presidente da Câmara Municipal.

Verifiquei a identidade, qualidade e suficiência de poderes dos outorgantes para este acto por meu conhecimento pessoal.

Por todos os outorgantes, na qualidade em que intervêm, foi dito:

Que os municípios que respectivamente representam são actualmente membros da área metropolitana de Lisboa, criada através da Lei n.º 44/91, de 2 de Agosto, pessoa colectiva de direito público com o número de identificação de pessoa colectiva 502826126, com sede nesta cidade, na Rua de Carlos Mayer, 2, rés-do-chão, e aqui representada pela 18.ª outorgante;

Que a Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, revogou a citada lei e determinou que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto procedessem à sua adaptação a esta lei no prazo de um ano improrrogável a contar da sua publicação;

Que, em cumprimento do disposto na citada Lei, e de harmonia com as deliberações tomadas pela Junta Metropolitana de Lisboa e pela Assembleia Metropolitana de Lisboa nas suas reuniões, respectivamente, de 8 e 19 de Abril de 2004 que recaíram sobre a proposta n.º 6/JML/2004, e ainda pelas deliberações tomadas pelas respectivas assembleias municipais dos municípios aqui representados, sobre as propostas de adesão dos respectivos órgãos executivos e infra-identificadas, que se arquivam, pela presente escritura pública transformam a referida pessoa colectiva de direito público numa pessoa colectiva pública de natureza associativa, com a denominação de Grande Área Metropolitana de Lisboa, cuja duração é por tempo indeterminado, a qual tem a sua sede no concelho de Lisboa e que se rege pelos estatutos constantes de um documento complementar organizado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, documento que se arquivou e fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo declaram conhecer perfeitamente, pelo que dispõem a sua leitura;

Que em virtude da presente transformação a associação denominada Grande Área Metropolitana de Lisboa sucede no universo de direitos e obrigações da titularidade da actual área metropolitana de Lisboa.

Assim o disseram e outorgaram.

A Grande Área Metropolitana de Lisboa está isenta do pagamento do imposto do selo ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 6.º do respectivo Código, por remissão do artigo 31.º da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

Arquivam-se:

Documento complementar;

Declaração de admissão de alteração de denominação emitida pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas;

Certidões das seguintes deliberações:

a) Proposta aprovada em 21 e 30 de Abril de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Alcochete;

b) Proposta n.º 65/VIII, aprovada em 21 e 30 de Abril de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Almada;

c) Proposta n.º 247/2004, aprovada em 21 de Abril e 6 de Maio de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal da Amadora;

d) Proposta aprovada em 3 de Maio de 2004 pela Assembleia Municipal do Barreiro, sob proposta do respectivo órgão executivo;

e) Proposta n.º 447/2004, aprovada em 26 de Abril e 11 de Maio de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Cascais;

f) Proposta n.º 303/2004, aprovada em 21 de Maio e 1 de Junho de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Lisboa;

g) Proposta n.º 1/2004, aprovada em 21 de Abril e 6 de Maio de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Loures;

h) Proposta aprovada em 23 e 29 de Abril de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Mafra;

i) Proposta aprovada em 30 de Abril de 2004 pela Assembleia Municipal da Moita, sob proposta da Câmara Municipal respectiva;

j) Proposta n.º 1166/2004, aprovada em 28 de Abril e 28 de Maio de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal do Montijo;

k) Proposta aprovada em 23 de Abril e 6 de Maio de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Odivelas;

m) Proposta n.º 602/2004, aprovada em 28 de Abril e 7 de Maio de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Oeiras;

n) Proposta aprovada em 21 e 29 de Abril de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Palmela;

o) Proposta n.º 144/2004, aprovada em 28 de Abril e 3 de Maio de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal do Seixal;

p) Proposta aprovada em 7 de Maio de 2004 pela Assembleia Municipal de Sesimbra, sob proposta da Câmara Municipal respectiva;

q) Proposta n.º 18/04/GAP, aprovada em 21 e 30 de Abril de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Setúbal;

r) Proposta n.º 284-P/2004, aprovada em 20 e 30 de Abril de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Sintra;

s) Proposta aprovada em 21 e 29 de Abril de 2004, respectivamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira.

Este instrumento foi explicado aos outorgantes na presença simultânea de todos, tendo os mesmos prescindido da sua leitura por terem conhecimento do seu conteúdo, conforme declararam.

(Assinaturas ilegíveis.) — A Notária Privativa, *Emília Maria Gago Afonso*.

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

Definição

A Grande Área Metropolitana de Lisboa é uma pessoa colectiva pública de natureza associativa e de âmbito territorial e visa a prossecução dos interesses comuns aos municípios que a integram, exercendo as atribuições e competências previstas na lei, nos presentes estatutos e nos regulamentos.

ARTIGO 2.º

Instituição

1 — A Grande Área Metropolitana de Lisboa é instituída nos termos da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

2 — Os municípios aderentes não podem pertencer simultaneamente a outra área metropolitana nem integrar uma comunidade intermunicipal de fins gerais.

ARTIGO 3.º

Constituição e duração

A Grande Área Metropolitana de Lisboa é constituída pelos municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa,

Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira e tem duração indeterminada.

ARTIGO 4.º

Sede

A Grande Área Metropolitana de Lisboa tem a sua sede no concelho de Lisboa.

ARTIGO 5.º

Princípio da estabilidade

1 — Nos termos da lei, a integração na Grande Área Metropolitana de Lisboa vinculará os municípios aderentes pelo prazo mínimo de cinco anos, sob pena da perda de todos os benefícios financeiros e administrativos adquiridos por força da integração do município na respectiva área metropolitana e a impossibilidade, durante um período de dois anos, de o município em causa poder integrar áreas metropolitanas diversas daquela a que pertencia.

2 — A Grande Área Metropolitana de Lisboa, por deliberação da Assembleia Metropolitana tomada por maioria qualificada de dois terços, pode aprovar, sob proposta da Junta Metropolitana, a adesão de outros municípios que o solicitem, desde que em contiguidade com os seus limites territoriais.

3 — A pretensão de integração apresentada pelos novos municípios aderentes comporta a aceitação plena dos compromissos assumidos pela Grande Área Metropolitana anteriormente à sua adesão e o dever de cumprir as obrigações correspondentes.

ARTIGO 6.º

Fins

1 — São fins públicos da Grande Área Metropolitana de Lisboa os como tal directamente definidos pela lei e, bem assim, as atribuições e competências que vier a receber por transferência da administração central e dos municípios integrantes.

2 — As deliberações da Assembleia Metropolitana sobre transferências de atribuições ou competências da administração central deverão ser precedidas de consultas aos municípios integrantes.

3 — A transferência de competências dos municípios integrantes para a Grande Área Metropolitana de Lisboa carece de deliberação da assembleia municipal dos municípios que procederem a essa transferência.

ARTIGO 7.º

Financiamento e encargos decorrentes de novas competências

1 — O financiamento e os encargos decorrentes das competências a transferir para a Grande Área Metropolitana de Lisboa pela administração central deverão ser assegurados, na parte que não o forem pelos contratos tipo com custos padrão, pelos municípios que delas vierem a usufruir.

2 — O financiamento e os encargos decorrentes das competências a transferir para a Grande Área Metropolitana de Lisboa pelos municípios integrantes deverão ser assegurados pelos municípios que concretizarem essa transferência.

CAPÍTULO II

Estrutura orgânica

SECÇÃO I

Órgãos e mandatos

ARTIGO 8.º

Órgãos

São órgãos da Grande Área Metropolitana de Lisboa:

a) A Assembleia Metropolitana;

b) A Junta Metropolitana;

c) O Conselho Metropolitanano.

ARTIGO 9.º

Mandatos

1 — A duração dos mandatos de membro da Assembleia e da Junta Metropolitanas coincide com a legalmente fixada para os órgãos das autarquias locais.

2 — A perda, cessação, renúncia ou suspensão dos mandatos municipais repercute-se, de forma idêntica, nos mandatos exercidos nos órgãos metropolitanos.

ARTIGO 10.º

Votações

Nas votações são apenas considerados os votos expressos dos membros presentes.

SECÇÃO II

Assembleia Metropolitana

ARTIGO 11.º

Natureza e composição

1 — A Assembleia Metropolitana é o órgão deliberativo da Grande Área Metropolitana de Lisboa.

2 — A Assembleia Metropolitana é constituída por 55 membros eleitos pelas assembleias municipais dos municípios que integram a Grande Área Metropolitana de Lisboa.

3 — A eleição faz-se pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros das assembleias municipais designados por eleição directa, através de listas plurinominais, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

4 — O acto eleitoral decorre simultaneamente no conjunto das assembleias municipais dos municípios integrantes da Grande Área Metropolitana de Lisboa.

ARTIGO 12.º

Mesa da Assembleia Metropolitana

1 — A mesa da Assembleia Metropolitana é constituída por um presidente e dois vice-presidentes.

2 — Compete ao presidente da Assembleia:

- a) Convocar e presidir às sessões da Assembleia;
- b) Proceder à investidura dos membros da Assembleia e da Junta Metropolitana;
- c) Representar a Assembleia Metropolitana;
- d) Exercer os demais poderes que lhes sejam conferidos por lei, pelo regimento ou por deliberação da Assembleia.

3 — Cabe aos vice-presidentes coadjuvar o presidente e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

ARTIGO 13.º

Sessões

1 — A Assembleia Metropolitana reúne ordinariamente em três sessões por ano e extraordinariamente mediante solicitação da Junta Metropolitana ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros ou por deliberação da mesa.

2 — As sessões da Assembleia Metropolitana são convocadas por aviso convocatório escrito expedido a cada um dos seus membros, o qual enunciará, detalhadamente, os pontos a discutir e as matérias a deliberar, com a antecedência mínima de:

- a) 15 dias para as sessões ordinárias;
- b) 5 dias para as sessões extraordinárias.

3 — A duração das sessões, independentemente da sua natureza, não pode exceder dois dias consecutivos, podendo, no entanto, a assembleia deliberar a sua prorrogação por igual período.

4 — Das sessões serão lavradas actas, que, aprovadas em minuta, adquirem eficácia com a assinatura do presidente ou do vice-presidente que a elas tenham presidido.

5 — A Assembleia Metropolitana deliberará, na sua primeira sessão, sobre o respectivo regimento.

ARTIGO 14.º

Quórum

1 — A Assembleia Metropolitana reunirá validamente quando estiver presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 — Caso se verifique a falta de quórum, o presidente convocará de imediato nova reunião com a mesma ordem de trabalhos, indicando o dia, a hora e o local e ordenando a expedição de novos avisos convocatórios, sem prejuízo da aplicação aos membros faltosos do regime de faltas prescrito legalmente.

ARTIGO 15.º

Competências

As competências da Assembleia Metropolitana acham-se expressamente previstas no artigo 16.º da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

SECÇÃO III

Junta Metropolitana de Lisboa

ARTIGO 16.º

Natureza e composição

1 — A Junta Metropolitana é o órgão executivo da Grande Área Metropolitana de Lisboa e é constituída pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios integrantes.

2 — Os membros da Junta Metropolitana elegem de entre si o presidente e dois vice-presidentes.

ARTIGO 17.º

Substituição

O impedimento temporário de presidente da câmara implica a sua substituição na Junta Metropolitana pelo respectivo substituto legal.

ARTIGO 18.º

Reuniões

1 — A Junta Metropolitana reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente por iniciativa do presidente ou a requerimento de um terço dos seus membros.

2 — As reuniões são convocadas por aviso convocatório escrito, com específica menção dos pontos a discutir e das matérias a deliberar, remetidos com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência.

3 — Das reuniões são lavradas actas, que, aprovadas em minuta, adquirem eficácia com a assinatura do presidente ou do vice-presidente que a elas tenha presidido.

4 — A Junta Metropolitana deliberará, na sua primeira reunião, sobre o respectivo regimento.

ARTIGO 19.º

Quórum

1 — A Junta Metropolitana reunirá validamente quando estiver presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 — Caso se verifique a falta de quórum, o presidente convocará de imediato nova reunião com a mesma ordem de trabalhos, indicando o dia, a hora e o local e ordenando a expedição de novos avisos convocatórios.

ARTIGO 20.º

Competências da Junta Metropolitana

As competências da Junta Metropolitana acham-se expressamente previstas no artigo 18.º da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

ARTIGO 21.º

Competências do presidente da Junta Metropolitana

1 — São competências do Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Executar as deliberações da Junta e coordenar a respectiva actividade;
- c) Autorizar o pagamento das despesas orçamentadas;
- d) Assinar ou visar a correspondência da Junta com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos;
- e) Representar a Grande Área Metropolitana de Lisboa em juízo e fora dele;
- f) Convocar e presidir às reuniões do Conselho da Grande Área Metropolitana de Lisboa;
- g) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei, por regulamento ou por deliberações da Assembleia ou da Junta Metropolitanas.

2 — Aos vice-presidentes compete coadjuvar o presidente na sua acção e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

3 — O presidente da Junta Metropolitana pode delegar ou subdelegar as suas competências, à excepção das previstas nas alíneas a) e f) do

n.º 1, nos demais membros da Junta, no conselho de administração ou no administrador executivo ou ainda nos dirigentes dos serviços.

ARTIGO 22.º

Participação dos membros da Junta Metropolitana na Assembleia Metropolitana

1 — A Junta Metropolitana faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia Metropolitana pelo presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.

2 — Em caso de justo impedimento, o presidente da Junta Metropolitana pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.

SECÇÃO IV

Conselho da Grande Área Metropolitana de Lisboa

ARTIGO 23.º

Natureza e Composição

O Conselho da Grande Área Metropolitana de Lisboa é o órgão consultivo da área metropolitana e tem a composição e competências definidas na Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

ARTIGO 24.º

Apoio administrativo

A actividade e funcionamento do Conselho são assegurados pelos serviços de apoio técnico e administrativo da Grande Área Metropolitana de Lisboa.

SECÇÃO V

Órgãos técnicos e serviços

ARTIGO 25.º

Administração

1 — A gestão corrente, a supervisão e a coordenação administrativa, financeira, de recursos humanos e de expediente, bem como a execução operativa das deliberações da Junta e do encaminhamento dos pareceres do Conselho, poderão ser delegados em conselho de administração a criar ou em administrador executivo a nomear pela Assembleia Metropolitana, sob proposta da Junta.

2 — O conselho de administração previsto no número anterior é composto por um presidente e dois vogais.

3 — O presidente do conselho de administração ou o administrador executivo têm assento nas reuniões da Junta Metropolitana, embora sem direito a voto.

ARTIGO 26.º

Apoio técnico e administrativo

A estrutura e o funcionamento dos serviços de apoio técnico e administrativo da Grande Área Metropolitana de Lisboa serão defini-

dos por regulamento orgânico a aprovar pela Assembleia Metropolitana, sob proposta da Junta.

CAPÍTULO III

Extinção e liquidação

ARTIGO 27.º

Quadro normativo

A extinção e a liquidação da Grande Área Metropolitana de Lisboa regulam-se pelos artigos 33.º a 37.º da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

CAPÍTULO IV

Disposições transitórias

ARTIGO 28.º

Período de transição

1 — A Assembleia Metropolitana em funções à data da outorga da escritura pública constitutiva da Grande Área Metropolitana de Lisboa mantém-se em exercício até ao termo do seu mandato.

2 — Os presidentes das assembleias municipais dos novos municípios aderentes podem participar nas reuniões da Assembleia Metropolitana sem direito a voto até ao termo do mandato em curso.

ARTIGO 29.º

Observadores

1 — Até ao termo do mandato em curso, os novos municípios aderentes participarão nas reuniões da Junta Metropolitana com o estatuto de observadores, sem direito a voto.

2 — O estatuto de observador não comporta outras excepções ou limitações ao exercício dos direitos e ao cumprimento dos deveres inerentes à qualidade de membro da Grande Área Metropolitana de Lisboa, à excepção da previsão do número anterior.

CAPÍTULO V

Disposições finais

ARTIGO 30.º

Lei aplicável

As matérias não especificamente previstas nos presentes estatutos são reguladas pela Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, e, subsidiariamente, pelo regime que disciplina a actividade dos órgãos das autarquias locais.

(Assinaturas ilegíveis.) — A Notária Privativa, *Emília Maria Gago Afonso*.

Está conforme o original.

17 de Junho de 2004. — A Chefe da Divisão, *Emília Maria Gago Afonso*. 3000146176